

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 13, número 1 (2022)

ISSN: 2177-2886

Artigo

O Processo de Luta pela Terra em Uberaba (MG): O Papel das Mulheres na Construção de Espaços de Lutas e Resistências

*El Proceso de Lucha por la Tierra en Uberaba (MG): El
Papel de las Mujeres en la Construcción de Espacios
de Lucha y Resistencia*

*Women and the Process of Fighting for Land in
Uberaba (MG): Women's Role in the Construction of
Spaces of Fight and Resistance*

Rayenne Lasmar Teixeira

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Brasil
rayennelt@gmail.com

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Brasil
janadageo.unesp@yahoo.com.br

Como citar este artigo:

TEIXEIRA, Rayenne Lasmar; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. O Processo de Luta pela Terra em Uberaba (MG): O Papel das Mulheres na Construção de Espaços de Lutas e Resistências. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 1, p. 149-173, 2022. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

O Processo de Luta pela Terra em Uberaba (MG): O Papel das Mulheres na Construção de Espaços de Lutas e Resistências

El Proceso de Lucha por la Tierra en Uberaba (MG): El Papel de las Mujeres en la Construcción de Espacios de Lucha y Resistencia

Women and the Process of Fighting for Land in Uberaba (MG): Women's Role in the Construction of Spaces of Fight and Resistance

Resumo

Esta pesquisa investigou as relações de gênero desenvolvidas pelas mulheres do Acampamento 19 de Março, do MST, em Uberaba (MG), e as implicações nos papéis sociais dessas mulheres. Por intermédio do materialismo histórico dialético, o estudo empregou dois procedimentos metodológicos: levantamento e revisão bibliográfica e entrevistas com mulheres do MST. Há relevante participação feminina no acampamento, assim como formas de opressões diferenciadas, fato que impossibilita a plena participação desse grupo na vida pública e política dos acampamentos. Refletimos que o espaço que a mulher constrói em busca de uma reforma agrária popular é o de lutas e resistências.

Palavras-Chave: Espaço. Luta pela Terra. Gênero. Feminismo. Acampamento 19 de Março.

Resumen

La pesquisa investigó las relaciones de género desarrolladas por las mujeres del Campamento 19 de Março, del MST (Movimiento Sin Tierra), en Uberaba (MG), y las implicaciones en los roles sociales de estas mujeres. A través del materialismo histórico dialéctico, el estudio empleó dos procedimientos metodológicos: levantamiento bibliográfico, revisión de literatura y entrevistas con mujeres del MST. Existe una importante participación femenina en el campamento, aunque con la presencia de diferentes formas de opresión, hecho que imposibilita que este grupo participe plenamente en la vida pública y política de los campamentos. Reflexionamos que el espacio que construyen las mujeres en busca de una reforma agraria popular es el de las luchas y de las resistencias.

Palabras-Clave: Espacio. Lucha por la Tierra. Género. Feminismo. Campamento 19 de marzo.

Abstract

This research investigated the gender relations developed by the women in the Settlement 19 de Março, which is part of the MST (landless movement in Brazil) in Uberaba (MG), and the implications for these women's social roles. The study employed two methodological procedures, namely, bibliographic survey and review, and interviews with women from the MST, following the dialectical historical materialism. Relevant female participation was observed in the settlement, but with different forms of oppression, a fact that makes it impossible for this group to fully participate in the public and political life of the settlements. We could observe that the space that women build in search of a popular agrarian reform is one of struggles and resistance.

Keywords: Space. Struggle for Land. Gender. Feminism. 19 de Março. Settlement.

Rayenne Lasmar Teixeira, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha



Notas Introdutórias e Metodológicas: Compreendendo o Espaço Agrário a Partir das Relações de Gênero

A questão agrária brasileira, marcada pela luta de acesso à terra, é um processo histórico no país, consequência do modelo de exploração colonial implantado a partir do século XVI. Ao entender o espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p.12), percebemos que a manutenção desse processo tem se dado ao longo do tempo, sendo ainda possível observar, em pleno século XXI, a concentração de terras em latifúndios¹, com produção voltada, principalmente, ao mercado externo, tornando a propriedade rural um dos fatores geradores de desigualdade social.

Apesar de diversas iniciativas visarem a alteração da estrutura fundiária no decorrer dos anos², o sistema latifundiário ainda mantém o controle da economia agrária e, como bem coloca Guimarães (1964, p.178), “não seria um exagero asseverar que em suas mãos ainda está, de certo modo, o controle da economia nacional”.

Santos (2006) elucida que a principal maneira de compreender a relação sociedade-natureza se dá pela técnica, uma vez que a sociedade opera no espaço a partir dessa. O autor a descreve como “um conjunto de meios instrumentais e sociais com as quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço” (SANTOS, 2006, p.16). Entendemos a técnica como elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas que deve ser analisada a partir de sua intencionalidade, uma vez que não é distribuída no espaço de forma homogênea, sendo altamente seletiva e excludente.

De acordo com Fernandes (2005), as relações sociais, constituintes do espaço geográfico³, são predominantemente produtoras de espaços fragmentados e, portanto, conflitivos. As intencionalidades determinam as ações sociais, as quais constroem representações espaciais. O território, enquanto espaço geográfico, é formado pelos elementos da natureza, bem como pelos espaços produzidos pelas ações sociais que emanam as relações de poder.

O espaço combina técnicas de tempos anteriores com as transformações atuais sendo, portanto, manifestação social, uma vez que as formas espaciais são produzidas pela ação humana, expressando os interesses da classe dominante, “ainda que perpassadas pela resistência das classes exploradas, dos sujeitos oprimidos e das mulheres dominadas” (MOREIRA, 2002 p. 98). É no

1 De acordo com Masson (2016), o Brasil é um dos países com maior índice de concentração de terras do planeta, onde 0.8% dos proprietários rurais ocupam cerca de 31,6% das terras agricultáveis.

2 O Estatuto da Terra de 1964, A Constituinte de 1987 e a Constituição Federal de 1988 são as primeiras legislações brasileiras a tratar mais explicitamente a questão fundiária nacional, trazendo como pauta a reforma agrária, pressionadas por organizações camponesas que começaram a se destacar a partir da década de 1950 (MOTTA, 2014).

3 Fernandes (2005, p. 26) explica que o espaço social está “contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços”.

espaço que as desigualdades sociais se tornam visíveis e as tensões entre classes dominantes e dominadas se materializam.

Compreendido o espaço como construção social, partimos para a investigação da produção espacial, a partir da análise de gênero. Assim como Reis (2015), lançamos o olhar sobre as relações de gênero como parte das práticas espaciais que permitem desvendar a organização do espaço, privilegiando como recorte as mulheres que participaram do processo de luta pela terra no acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocorrido na Fazenda Pão de Queijo, no município de Uberaba, MG.

O MST, no estado do Paraná, foi fundado em 1984, inicialmente, na região Sul, junto a outros movimentos sociais surgidos entre as décadas de 1970 e 1990 (DELBONI, 2008). Schwendler (2009) elucida que o Movimento se constituiu a partir da construção de uma identidade coletiva e de uma consciência do direito, produzidos em espaços coletivos, a partir de um processo de percepção da exclusão gerada historicamente. O Movimento se configura como o maior e mais expressivo movimento social da América Latina (SANTOS, 2019).

Como parte da luta pela terra, buscamos investigar as relações de gênero presentes no MST, mais especificamente as relações desenvolvidas pelas mulheres envolvidas na ocupação do MST realizada na Fazenda Pão de Queijo, ocorrida no período entre 2015 e 2017, e suas implicações nos papéis sociais desenvolvidos pelas integrantes do Acampamento 19 de Março. Entendemos que as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres culminam na subordinação do sujeito feminino e sua vinculação à esfera doméstica, mesmo no interior do Movimento (PAIVA; OLIVEIRA, 2020).

É importante salientar que, por mais que o MST seja um movimento de caráter revolucionário, ele é construído socialmente, reproduzindo preceitos sociais que ainda relegam à mulher a esfera privada, o trabalho doméstico e a luta organizativa (VALENCIANO; THOMAZ JUNIOR., 2002). Assim, buscamos em um primeiro momento compreender o gênero como uma possível categoria de análise espacial e, posteriormente, como as relações de gênero, junto as de classe, (re)significam o espaço, no contexto da luta pela terra.

Para Minayo (2002, p.13), “o objeto das ciências sociais é histórico”, ou seja, é dotado de provisoriedade, dinamismo e especificidade, visto que os grupos sociais vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num movimento dialético entre o que está dado e o que se encontra em construção. A respeito disso, Oliveira (1998) esclarece que há um paradoxo nas ciências que estudam a humanidade, uma vez que, a partir dessa análise, “o homem se torna, ao mesmo tempo, sujeito e objeto na investigação científica” (OLIVEIRA, 1998, p. 23).

Como reafirma Minayo (2002), nas pesquisas nas ciências sociais há uma identidade entre sujeito e objeto, portanto, esse tipo de pesquisa não comporta a falsa premissa da neutralidade científica. Assim como Deslandes (2002, p. 34), sustentamos que a “neutralidade da pesquisa científica é um mito”, uma vez que “veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seu desenvolvimento” (MINAYO, 2002, p. 14). Com isso,

queremos afirmar que a presente pesquisa é um ensaio que parte de sujeitas, cujas vivências são atravessadas cotidianamente pelo patriarcado, o qual silencia, subjuga e oprime pensamentos, corpos e territórios, ou seja, a neutralidade está distante deste estudo.

De acordo com Sposito (2004), a definição do método de pesquisa deve ser o ponto inicial, o qual condiciona seu processo de análise. Para Oliveira (1998, p.17) o método assinala “um percurso escolhido entre outros possíveis”, abarcando não somente um conjunto de técnicas a serem utilizadas, como também fundamentos e processos nos quais se apoiam a pesquisa. Ainda segundo esse autor, a definição da metodologia representa “um caminho seguro, uma via de acesso que permita interpretar com maior coerência e correção possíveis as questões sociais propostas num dado estudo, dentro da perspectiva abraçada pelo pesquisador” (OLIVEIRA, 1998, p. 17). A partir da definição do método de pesquisa, bem como da metodologia a ser desenvolvida, objetiva-se construir uma representação adequada a respeito das questões a serem estudadas.

Optamos por conduzir esse trabalho a partir do método dialético. Para Japiassú e Marcondes (1990), a dialética “procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então a verdade, fruto da razão” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1990, p. 167, apud SPOSITO, 2004, p. 39). Assim, é preciso compreender que o processo de luta pela terra, embora apresente caráter contestador à lógica capitalista no campo, sobretudo na crítica à propriedade privada e no cumprimento da função social da terra, é permeado por contradições. Tais contradições se expressam, por exemplo, na manutenção das relações patriarcais no interior do espaço de luta materializado no acampamento, tema que será investigado nessa pesquisa.

Assim como Minayo (2002, p. 16), entendemos por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Optamos por adotar nessa pesquisa a metodologia qualitativa, que, para a autora se ocupa “com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2002, p.21). Ainda de acordo com Minayo (2002), a abordagem qualitativa permite uma melhor compreensão dos significados das ações e relações humanas, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Boza e Vinha (2020, p. 5), ao tratarem sobre a metodologia de pesquisa, elucidam:

Uma pesquisa calcada no materialismo histórico e dialético, com foco na análise qualitativa dos dados a partir do estudo de caso de uma determinada organização social, não pode ser realizada sem a prática do trabalho de campo.

Ainda que o trabalho de campo não tenha sido realizado presencialmente, frente às limitações de distanciamento e isolamento social impostas pelas medidas de enfrentamento à atual pandemia de COVID-19, as entrevistas foram conduzidas por meio de plataformas digitais.

De acordo com Deslandes (2020), a chegada da fibraótica em 2010, que otimizou o uso das tecnologias digitais, revolucionou a pesquisa social,

havendo uma maior exposição dos atores por meio dessa mídia. A pesquisa em ambientes digitais já se encontrava em franca expansão e, nesse momento de limitação/suspensão das atividades presenciais, tornou-se uma alternativa viável para a continuação dos estudos.

Se, a partir de 2010 observou-se a consolidação de novos campos de estudo, como Sociologia Digital e Antropologia Digital, as interdições de contato presencial durante e pós-pandemia podem fazer com que as metodologias digitais se tornem uma necessidade para a pesquisa social (DESLANDES, 2020, p. 2).

A metodologia de análise inclui, simultaneamente, a teoria da abordagem (método) e os instrumentos de operacionalização do conhecimento (técnicas) (MINAYO, 2002). Por meio da abordagem qualitativa foram construídas as condições materiais, teóricas e metodológicas para a realização da pesquisa.

A pesquisa ocorreu em três momentos: fase exploratória, trabalho de campo e tratamento do material (MINAYO, 2002): Momento 1 – Fase exploratória: Levantamento e revisão bibliográfica para ampliação e aprofundamento do referencial teórico. Temas: Espaço geográfico, questão agrária, luta pela terra, gênero e feminismo; Momento 2a – Fase trabalho de campo: Nas entrevistas, o instrumental de pesquisa adotado foi o roteiro de questões, composto por sete questões abertas (Anexo); Momento 2b – Fase trabalho de campo: Em razão da pandemia de COVID-19, como dito, foram realizadas entrevistas via gravação de áudio no WhatsApp. Foram três entrevistas virtuais com representantes do MST, que atuaram no Acampamento 19 de Março, na antiga fazenda Pão de Queijo; Momento 3a – Fase tratamento do material: Organização e sistematização dos dados e informações cotejadas; Momento 3b – Fase tratamento do material: Análise, representação e mapeamento: as entrevistas foram analisadas à luz da dialética e da bibliografia.

Organizamos esse texto em três seções. Na primeira, discutimos o movimento feminista e suas implicações na criação da chamada Geografia Feminista ou de Gênero, buscando resgatar as contribuições das(os) geógrafas(os) comprometidas com a temática na análise geográfica. Na segunda seção, fazemos uma rápida abordagem sobre movimentos sociais, dando enfoque às mulheres que compõem o MST, discutindo também os papéis sociais desenvolvidos na luta pela terra. Por fim, na terceira e última seção, procedemos uma análise das entrevistas, no intuito de investigar as relações desenvolvidas pelas mulheres envolvidas na ocupação do MST em Uberaba, e suas implicações nos papéis sociais desenvolvidos pelas integrantes do Acampamento 19 de Março.

Por Uma Geografia Feminista

A evolução da ciência geográfica, centrada nas análises espaciais, tem se dado de forma a ignorar a variável gênero como elemento de diferenciação social, considerando a sociedade como um conjunto neutro, sem abordar de fato as diferenças existentes entre mulheres e homens na (re)produção do espaço (ANDRÉ, 1990). Nesse sentido, ao observar a produção da teoria geográfica, Silva (2003, p. 32) afirma que “ela é, hegemonicamente, uma

Rayenne Lasmair Teixeira, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

ciência masculina”, já que a construção do conhecimento geográfico está relacionada ao androcentrismo, sustentando uma invisibilidade do sujeito feminino ao desconsiderar o gênero na produção espacial.

A Geografia Feminista ou Geografia de Gênero⁴ surge preocupada em incorporar, na análise geográfica, as diferenças sociais existentes entre mulheres e homens, bem como as diferenças territoriais presentes nas relações de gênero (VELEDA DA SILVA, 1998). Ainda segundo a autora, a Geografia Feminista ou de Gênero adiciona à geografia uma complementaridade das parciais análises espaciais, uma vez que “[...] a ciência é androcêntrica, isto é, tem sido parcial desde os seus primórdios, uma vez que desconsiderou a mulher e as relações de gênero” (VELEDA DA SILVA, 1998, p. 108). Ao tratar sobre a temática, Reis (2003, p.33-34) elucida:

Essa corrente geográfica permite o pensar de um espaço complexo, composto por múltiplos processos diferentes e simultâneos, coloca em evidência a relatividade das escalas de abordagem do espaço, a dúvida do tempo linear e, definitivamente, coloca em cheque as noções de progresso, desenvolvimento e evolução, argumentando os limites da produção do conhecimento geográfico a partir dos conceitos da modernidade.

Optamos pelo uso do termo “Geografia Feminista”, pois, assim como Louro (1995), entendemos que o termo “Estudos de Gênero”, ou adaptando para nosso recorte “Geografia de Gênero”, “esconde aquela que é o seu verdadeiro sujeito/objeto de estudos (a mulher), já usualmente negada ou marginalizada numa ciência androcêntrica” (LOURO, 1995, p.102). Destacamos que nosso esforço se refere em realçar o sujeito feminino como agente social e histórico, buscando demonstrar que a abordagem dessas questões pode trazer contribuições importantes na análise espacial da luta pela terra em Uberaba.

O conceito de gênero aqui apresentado tem um caráter relacional, isso é, “diz respeito às relações de dominação e opressão que transformam as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais ou exclusão” (LAVINAS, 1997, p. 16). Assim, o gênero é configurado, ainda, como “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1990, p.15). As diferenças entre mulheres e homens construídas socialmente têm como consequência relações de dominação/subordinação, tendo em vista que “gênero é a maneira primordial de significar relações de poder” (SCOTT, 1990, p.14).

A Geografia Feminista ganha força na “segunda onda” do movimento feminista, entre as décadas de 1960 e 1970, em universidades de vários países, em conjunto com o renascimento de uma cultura contestatória, favorável à mobilização social de grupos até então marginalizados (ORNAT, 2008). Ao incorporar na geografia humana a componente de análise “gênero”, as geógrafas/os envolvidas com a temática procuravam primeiramente evidenciar

4 Há autores que fazem uma distinção explícita entre ambas, considerando a Geografia Feminista como aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo na interpretação dos fatos geográficos e a Geografia de Gênero como aquela que propõe o gênero como uma dimensão da vida social a ser incorporada nas análises geográficas (VELEDA DA SILVA, 1998).

que a produção material e social do espaço apresenta diferenças consideráveis entre homens e mulheres e que as relações entre ambos são um fator estruturador da sociedade.

Reis (2015, p. 13) aponta que, embora a geografia incorpore com atraso essas questões, “sua expansão e aceitação tem sido rápida, porque o conceito de gênero permite compreender as relações sociais, especificamente, como os sexos contribuem para a reprodução social”. Nesse mesmo sentido, Silva (1998, p. 106) enfatiza que

De reivindicações mais pontuais, (esses movimentos) passaram a questionar a própria cultura ocidental, incluindo desde o relacionamento privado homem-mulher até a própria ciência considerada comprometida com a visão masculina do mundo.

Assim, a produção desenvolvida pelas teóricas/os comprometidas com a temática busca ressaltar que “as relações de gênero conduziam a relações não igualitárias em casa, no trabalho, na comunidade” (VELEDA DA SILVA, 1998, p.106). E que essas diferenças são resultado de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes tempos e lugares (SILVA, 2003), contribuindo para a subordinação do sujeito feminino na sociedade.

Em relação à perspectiva feminista na geografia brasileira, observada a partir da década de 1990, Ornat (2008, p. 303) esclarece que “esta, por via de regra, tem dado pouca atenção à dimensão espacial dessas temáticas”. Sobre os principais temas abordados, encontram-se privilegiadas as reflexões referentes ao espaço e à sexualidade, num esforço de sistematizar deslocamentos espaciais e comportamentos de gênero (ORNAT, 2008).

Privilegiamos, nesta pesquisa, a análise das relações cotidianas, como forma de dar visibilidade às relações de gênero presentes no momento do acampamento. Para Reis (2003, p. 33), “uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro social e aos grupos sociais marginalizados do poder”. Nesse sentido, assim como Santos (1996), acreditamos que é no cotidiano que o espaço banal⁵ pode ser compreendido em toda a sua complementaridade. Além disso, o estudo das relações de gênero no cotidiano permite sinalizar que, para além das “oportunidades oferecidas pelos lugares” (SANTOS, 1996, p. 271), mulheres e homens ainda se apoiam nessas relações na (re)produção espacial.

A partir dessa premissa, defendemos a ideia de que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 2), e que é em “regulações institucionais, práticas culturais e interações cotidianas que o sexo se transforma em gênero, a partir de construções espaçotemporais específicas” (ORNAT, 2008, p. 311). Sendo assim, atentaremos para desenvolver um olhar crítico sobre o modo em que se desenvolvem essas relações cotidianas, no período do acampamento, determinantes na construção do que é socialmente aceito como papéis femininos e masculinos, bem como no embasamento de

5 Milton Santos (1996) explica espaço banal como o espaço geográfico que contempla “numa mesma lógica interna todos os seus elementos, homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas” (SANTOS, 1996, p. 273).

tais concepções e seus desdobramentos na luta pela terra no município de Uberaba.

Para isso, trataremos a seguir sobre a construção do MST, enfatizando a discussão dos papéis sociais desenvolvidos por mulheres e homens envolvidos na luta pela terra. Buscamos realçar os espaços que as mulheres constroem nos acampamentos e assentamentos, bem como as diferentes ações construídas pelo Movimento, que visam uma maior abrangência das mulheres na luta, assim como uma maior participação nas instâncias políticas e de poder do MST.

As Mulheres e a Luta pela Terra: Levantando Bandeiras!

Reconhecemos que o MST, enquanto movimento socioterritorial, não está isento da reprodução de valores patriarcais, e que as mulheres integrantes do Movimento ainda lutam contra a perpetuação de estigmas de gênero, tão comuns às realidades sociais. Por isso, nesse trabalho, damos foco aos estudos de gênero e suas implicações na constituição das relações sociais, trajetórias políticas e processo de subjetivação das mulheres na luta pela terra.

Para Santos (2019, p. 24), “os movimentos sociais têm a capacidade de produzir novas formas de nomeação da realidade e desmascarar velhas maneiras de agir”. Eles têm a capacidade de trazer luz sobre as distintas formas de desigualdade que geram opressão a diferentes grupos sociais, como o das mulheres.

Para Gohn (1997), os movimentos sociais são capazes de propor novas formas de organização para a sociedade política. Castells (2017, p. 12) elucida que os movimentos sociais “são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores criando novas normas para organizar a vida social”. Para esse autor, os movimentos sociais estão intimamente ligados à injustiça social presente em todas as sociedades, sendo também o cerne das mudanças sociais. A partir disso, entendemos o MST como um coletivo construído por mulheres e homens, e que essas criam, dentro do movimento, identidades específicas a partir de vivências e articulações individuais, que pressionam a criação de debates e políticas que englobam suas questões.

Corroboramos com os conceitos de movimento socioterritorial e socioespacial, cunhados pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes. Passaremos a utilizar essas categorias, uma vez que o espaço geográfico não se constitui apenas como recorte empírico ou base na qual se sustenta o movimento social, mas sim o espaço no qual as vivências compartilhadas se materializam, compondo um movimento que tem como trunfo o território, com o objetivo de construir novas territorializações. De acordo com Fernandes (2005, p. 31):

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação

da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica.

Para Pedon (2013), a incorporação de tais categorias analíticas na análise geográfica permite uma maior reflexão a respeito do importante papel que a geografia desenvolve na compreensão dos processos sociais, cujo cerne é essencialmente territorial. De acordo com o autor, o que diferencia um movimento social de um socioterritorial é “além de uma organização sistemática e permanente, a formulação de uma agenda voltada para a conquista do território” (PEDON, 2013, p. 197), ou seja, a conquista do território é então elemento definidor da identidade dos movimentos socioterritoriais.

Fernandes (2005, p. 27) define território como “o espaço apropriado por uma determinada ação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder”. Assim, reafirmamos que os movimentos socioterritoriais são aqueles que têm o território não só como trunfo, mas também como condicionante para sua existência. O MST dialoga como essa categoria, ao desenvolver uma luta que abrange não somente o espaço (a terra) como propriedade privada, mas também como *locus* da produção dos meios de existência.

Nesse sentido, passamos a discutir, em um primeiro momento, a estrutura organizativa das mulheres camponesas já inseridas no MST, bem como as diferentes frentes de ações que buscam modificar o padrão patriarcal⁶ na luta pela terra, a partir da análise de textos acadêmicos e documentos do Movimento. Posteriormente, tendo em vista a vivência no Movimento das mulheres envolvidas no acampamento situado na fazenda Pão de Queijo, buscamos investigar, a partir da análise documental das entrevistas, as relações de gênero presentes na ocupação da Fazenda Pão de Queijo, entre 2015 e 2017, em Uberaba, e os papéis sociais atribuídos às participantes do acampamento 19 de Março.

Destacamos também que, ao estudar as mulheres no MST, é preciso considerar o recorte de classe. Essas são mulheres que, em sua maioria, se autodenominam camponesas⁷, que compõem a agricultura familiar camponesa, e que estão intimamente familiarizadas com a divisão sexual do trabalho no interior de seus lotes. Enfatizamos que a objetividade das estruturas sociais, bem como a divisão entre trabalho de produção (que gera renda familiar) e reprodução (que não gera renda familiar), reafirma e mantém a primazia conferida aos homens, estrutura ainda naturalizada em diversas instituições para além da família nuclear, como a igreja e a escola.

As reivindicações e organizações das mulheres rurais e camponesas

6 O patriarcado é entendido por Souza (2015, p.476) como “O poder que o homem exerce por meio dos papéis sexuais”.

7 O campesinato constitui-se numa classe que, por meio das relações sociais que lhe são específicas, constrói territórios que possibilitam a sua (re)produção social, baseado em relações não-capitalistas (CHAYANOV, 1974; FERNANDES, 2008).

acerca da questão de gênero revelam que os grupos sociais aos quais pertencem não estão livres de reproduzir a opressão e subordinação das mulheres, inclusive determinando papéis e espaços específicos de acordo com o gênero. Essa relação assimétrica de gênero não se restringe ao espaço privado, no interior das famílias, mas se expressa também em espaços públicos, por exemplo, quando geralmente as mulheres são minoria em instituições políticas (SANTOS, 2019, p.21).

Com o avanço da discussão a respeito de gênero, as militantes ligadas ao MST vêm, cada vez mais, organizando-se contra a subordinação e pelo direito à participação produtiva e política (SANTOS, 2019). Por isso, é importante aproximar o debate entre feminismo e campesinato, não como termos opostos, mas que se complementam na luta das mulheres pela terra. Santos (2019, p. 124) destaca que com a emergência dos movimentos feministas no campo, o campesinato, que, por via de regra, é permeado por tradições que “mantém a estrutura familiar hierárquica na qual as mulheres ocupam um lugar de subordinação”, é ressignificado, abrangendo a identificação da mulher camponesa com o movimento feminista. É uma dinâmica que realça a importância da interseção do debate entre classe e gênero, na trajetória das mulheres camponesas.

Paulilo (2009) elucida que os diferentes movimentos de mulheres camponesas no Brasil surgem sob forte influência das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB), bem como da ala progressista da igreja católica, uma vez que esse é um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre frequentaram e são estimuladas a fazê-lo. Apesar disso, a autora reitera que os movimentos tenderam a se distanciar da igreja, já que essa instituição nunca abandonou sua postura patriarcal, nem seu posicionamento restritivo sobre a contracepção e o comportamento sexual.

Ainda com relação ao campesinato, destacamos o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), fundado no Brasil em 2004, a partir da unificação de diferentes organizações que tiveram suas origens na década de 1980. De acordo com Gadelha (2021), o MMC é um movimento autônomo de mulheres, que tem como principal pauta as discussões outrora invisibilizadas pela estrutura patriarcal no campo, como as violências, opressões e explorações sofridas pelas mulheres camponesas, rumo à construção do feminismo camponês popular.

Dentre os diferentes setores que dão sustentação à estrutura organizativa do MST, debruçamo-nos sobre o setor de Gênero, que surgiu na segunda metade da década de 1990. Apesar de já haver no movimento a discussão a respeito de gênero, foi somente em 1995, após o "I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, no Jornal Sem Terra", que fica clara a incorporação da temática pelo movimento “não só para a construção de novas relações de gênero, mas de um projeto de sociedade democrática e popular” (JST, 1995, p.12 apud GONÇALVES, 2009, p. 205).

É importante salientar que o MST, enquanto movimento socioterritorial nacional, entende o processo de luta pela terra a partir da transformação das trabalhadoras e trabalhadores rurais em sujeitos políticos, por meio da

construção coletiva de cartilhas e políticas educacionais (CALDART, 2001). Para Santos (2019), o investimento na educação formal dos assentados surge como estratégia para que órgãos públicos e sociedade enxerguem a reforma agrária como viável. Assim, as questões de gênero têm sido mais fortemente trabalhadas por meio de Cadernos de Formação e outros materiais educacionais desenvolvidos no interior dos assentamentos.

Em 1996, foi publicada a primeira cartilha do Coletivo Nacional de Mulheres - MST. Dentre outros assuntos, a cartilha explana que, embora incluídas no processo de luta, as mulheres não se sentiam representadas, questionando o distanciamento entre teoria e prática no Movimento, que considerava secundário o trabalho com e para mulheres (GONÇALVES, 2009). Desde então, o MST tem criado comissões e diretrizes com a finalidade de discutir a realidade da mulher camponesa, buscando viabilizar a criação de espaços onde a mulher tenha voz ativa, realçando que ‘Sem mulher a luta vai pela metade’⁸.

Para Delboni (2008), a presença das mulheres nos movimentos de luta e ocupação da terra pode ser estudada de acordo com dois momentos interligados, porém diversos: a luta no acampamento (onde há intensa participação feminina) e a luta no assentamento (fase em que a participação feminina nos espaços políticos diminui consideravelmente). A luta no acampamento é pensada como um modo de atuação social que leva as mulheres a ultrapassarem os limites da esfera doméstica, tornando-se, então, sujeitos políticos na luta pela terra, adentrando a esfera pública.

Os estudos de gênero na luta pela terra mostram como no acampamento, lugar marcado pela transitoriedade, se operava verdadeiras mudanças, nas quais os papéis sociais de mulheres/homens perdiam seus contornos e as mulheres saíam do espaço privado da família para ingressarem na luta pública da disputa pela terra – faziam passeatas, dormiam nos acampamentos, iam para diferentes estados, para os encontros, cursos, entre outros (DELBONI, 2008, p. 22).

Ao analisar essa relação podemos concluir que como o acampamento tende a se organizar coletivamente, sendo lugar da militância ativa e da resistência, as mulheres integrantes do movimento desenvolvem diferentes funções. Assim, não é identificada sua associação à esfera doméstica/privada/reprodutiva na mesma proporção que no momento do assentamento, quando as mulheres tendem a ser novamente relegadas aos papéis tradicionais de gênero, como mães, auxiliares na lavoura e donas-de-casa (COHEN 2000, apud DELBONI, 2008).

Quando as acampadas se tornam assentadas, momento em que as famílias conseguem o lote e começam a trabalhar de maneira nuclear, fugindo do padrão coletivo estabelecido nos acampamentos, voltamos a observar a subordinação dos corpos femininos à esfera doméstica, assim como o observado em sociedades patriarcais com tendência conservadora, subtraindo-

⁸ Título da cartilha lançada em 1996 pelos setores de gênero, educação e comunicação do Paraná.

as da vida pública e política e lhes restringindo a espaços privados. Delboni (2008, p. 23) esclarece:

A leitura dos textos sobre a atuação das mulheres nos assentamentos rurais indica, ao contrário, um recuo da participação feminina na esfera pública. Ao obterem os lotes no assentamento, passo à frente na luta pelas terras, sua vida familiar retornava aos padrões anteriores com a divisão sexual do trabalho no interior das unidades familiares camponesas. As mulheres voltavam a ocupar o âmbito do trabalho doméstico, deixando o espaço coletivo e público em segundo plano. De certa maneira, deixavam de ocupar um 'lugar político' dentro do assentamento.

Para Herrera (2014), a essencialização da mulher no trabalho reprodutivo contribuiu para naturalizar seu papel na esfera privada, caracterizando os afazeres domésticos como naturais e inatos, vinculando-os com o carinho e cuidado para com suas famílias. Segundo essa autora, a sobrecarga do trabalho doméstico sobre as mulheres rurais (aqui se incluem também o cultivo de hortas e pomares para subsistência familiar) tem como consequência um impedimento para prosseguir com a formação escolar, melhorar a formação profissional e até mesmo para usufruir de tempo para si.

Na contramão desse processo, encontra-se o setor de Gênero do MST, que se preocupa em discutir os papéis específicos de mulheres e homens, bem como as relações de poder derivadas desse sistema. É observada a participação reduzida das mulheres em cargos de liderança, bem como o preconceito contra as mesmas, que sofrem com uma carga de formação conservadora em termos de costumes e cultura (VALENCIANO, THOMAZ JUNIOR, 2002).

O setor de Gênero do MST nasce com a premissa de introduzir essa discussão no movimento, "com a finalidade de promover uma transformação nas relações de gênero, ou seja, a construção de relações mais igualitárias de participação e valores" (VALENCIANO, THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 6). Paiva e Oliveira (2020) destacam que o movimento se preocupa em transformar esse cenário não somente com ações no setor de gênero, mas também em outras iniciativas (PAIVA E OLIVEIRA, 2020, p. 13)

A desigualdade e o espaço ocupado por mulheres no MST, foi debatida já nos primeiros anos de fundação, tendo em vista que o olhar para mulheres muitas vezes as têm colocado como mães, filhas, irmãs, mas não militante, como se espaços de reivindicação política fosse destinado somente para homens. Desde então, há a organização de coletivos a fim de mudar radicalmente este panorama, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, (CONTAG) que criou uma Comissão de Mulheres, também o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTRN) e ainda, as mulheres sindicalistas ligadas a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que auxiliam na organização das mulheres, a fim de reivindicar acesso aos direitos das mulheres no campo.

Concomitante ao setor de Gênero, há a Comissão Nacional de Mulheres no

Rayenne Lasmар Teixeira, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha



MST, fundada em 1996. Deere (2004 apud SANTOS, 2019) esclarece que, embora tenha sido criada nos anos iniciais do MST, para as mulheres assentadas, a discussão de gênero aparece na periferia da organização, geralmente considerada como menos importante. Isso porque, de acordo com a autora, haveria um receio de que desprender esforços na questão de gênero poderia comprometer o objetivo central do movimento. Ainda, para Santos (2019, p. 25),

Uma hipótese para a falta de atenção do MST aos direitos das mulheres à terra e as especificidades da questão de gênero é que a luta pela terra sempre foi definida como uma questão coletiva, assim, a discussão dos direitos individuais das mulheres perde relevância.

A autora cita ainda que dada a dificuldade em trabalhar conjuntamente questões de classe e gênero, a comissão supracitada foi desmontada, e o MST, por algum tempo, silenciou-se no que diz respeito às questões dos direitos das mulheres. Cabe salientar que é somente em 1988 que a mulher passa a ser legalmente possibilitada a deter o título de posse da terra⁹ (DELBONI, 2008), e a partir dos anos finais da década de 1990, com a criação do Coletivo Nacional de Mulheres do MST, a invisibilidade da participação feminina nas instâncias de poder do Movimento volta a ser alvo de debates e resoluções. Sobre esse período Gonçalves (2009, p. 202) esclarece:

Se na fase inicial do MST a preocupação com a presença das mulheres é quase nula, paulatinamente, nos anos 1990 começou a ser criado um Coletivo Nacional de Mulheres do MST. A “invisibilidade” da participação feminina passou a ser o objeto de debates e resoluções. No artigo 45 do Documento Básico do MST, de 1993, é enfatizada a necessidade de “Considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero”; além disso, no artigo 152, ressalta-se que é preciso “garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês.

Para Santos (2016), os incentivos do Movimento para que as mulheres se insiram na produção, frente à dificuldade de disputarem esse espaço com os homens, gerou uma demanda para o Estado, que teve como resposta a criação do programa Fomento Mulher. Esse programa foi desenvolvido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e tem como beneficiárias as mulheres indicadas na relação de beneficiários do lote. Tal recurso (três mil reais no total) é destinado para qualificar atividades já desenvolvidas por mulheres, o que implica em uma maior autonomia no interior de seus lotes, visto que a avaliação das necessidades, a confecção de

9 Paulilo (2009), Herrera (2017) e Gadelha (2021) elucidam que embora as mulheres tenham conseguido o direito a posse da terra, essas ainda são excluídas e/ou invisibilizadas no que diz respeito a propriedade, sendo na maioria das vezes retratadas como filhas ou esposas de agricultor.

O Processo de Luta pela Terra em Uberaba (MG): O Papel das Mulheres na Construção de Espaços de Lutas e Resistências

projetos e os orçamentos partem das beneficiárias.

A partir dessa breve retomada histórica sobre a participação feminina nas instâncias de poder do MST, podemos concluir que o reconhecimento da necessidade de participação das mulheres na luta pela terra é fruto de um processo histórico ainda em andamento. Segundo Amaral (2018, p. 17), o Movimento vem, cada vez mais explicitamente, buscando combater essa discriminação a partir de uma participação feminina mais igualitária,

Identificando a dupla jornada e reconhecendo que a maioria das mulheres não recebem pelo trabalho realizado no campo, que não participam das decisões da economia familiar e que são as que mais sofrem com a falta de atendimento de saúde para si e para seus filhos.

A autora conclui que é através das lutas, das formações e organizações que se constroem novas formas de relação social.

A Luta pela Terra em Uberaba (MG)

Para entender melhor a questão da luta pela terra no município de Uberaba, e suas implicações nos papéis sociais desenvolvidos pelas mulheres envolvidas nesse processo, privilegiamos o estudo das ações do MST ocorridas na fazenda Pão de Queijo, entre os anos de 2015 a 2017.

Esse latifúndio deu origem a dois acampamentos distintos, o Rosa Luxemburgo e o 19 de Março, sendo o último de interesse para a presente pesquisa. O acampamento 19 de Março foi localizado na Fazenda Pão de Queijo, na BR-262 (Figura 1). A fazenda contava com cerca de 142 alqueires, ocupada pelas famílias, aproximadamente, 50% de sua área. A ação de reintegração de posse ocorreu no dia 1 de fevereiro de 2018, coordenada pela Polícia Militar. De acordo com Masson (2016), esses dois acampamentos somavam mais de 100 famílias e, apesar disso, “nenhuma notícia acerca do mesmo foi vinculada nos meios de comunicação de massa de Uberaba” (MASSON, 2016, p. 32).

Figura 1 – Localização da Fazenda Pão de Queijo – Uberaba (MG)



Fonte: Digitalização de imagem de satélite do Google Earth feita pela autora (2021).

Como denuncia Masson (2016), o município de Uberaba, situado na região do Triângulo Mineiro, apresenta uma economia notadamente voltada ao latifúndio e ao agronegócio. Segundo a autora (MASSON, 2016, p. 119), “a formação econômica do Triângulo Mineiro está no bojo da produção do agronegócio e pode ser datada da segunda metade do século XVIII e início do século XIX”.

Ao tratar a questão agrária no município, é impossível desvencilhá-la da elite agrária da região¹⁰, a qual conta com o apoio e incentivo do Estado no desenvolvimento de projetos que reafirmam a primazia conferida ao modelo agroexportador e concentrador de riquezas no município (MASSON, 2016). Vinha e Masson (2018) exploram a questão da concentração de terras, ao trazer dados da prefeitura municipal que elucidam que, apesar de pouco mais de 6% dos imóveis rurais serem consideradas grandes propriedades, “estes detêm o controle de quase 44% das terras ocupadas no município” (MASSON; VINHA, 2018, p. 283).

Frente à essa realidade, observamos a presença de conflitos de terra, como manifestações e ocupações na região, considerada, em Minas Gerais, com o maior índice de lutas no campo. Como elucidada Masson (2016), o enfrentamento a esse sistema, corporificado pelos movimentos sociais no campo, evidencia e pressiona o Estado frente à necessidade da reforma agrária

Esta é uma mediação imprescindível para a compreensão da questão agrária em Uberaba que está detrás de números, estatísticas ou índices, mas evidente na vida, no cotidiano de trabalho dos assentados e assentadas oriundos das ocupações nos latifúndios da Fazenda Santa Tereza do Cedro e São Sebastião do Tijuco, bem como dos resistentes da ocupação na Fazenda Inhumas e Pão de Queijo que originaram o acampamento 19 de março e Rosa Luxemburgo (MASSON, 2016, p.159).

Como já dito, parte importante da luta pela terra desenvolvida pelo MST é a constituição de acampamentos. Para Garcia e Thomaz Júnior (2017, p. 116), o acampamento é, dentre outras coisas, “o momento entre a ocupação e a posse do lote”. É estratégia para pressionar a desapropriação de terras, implantação de escolas e liberação de créditos. Para Schwendler (2009, p. 205)

O acampamento tem sido fundamental também para a conquista de territórios, os assentamentos, o que tem implicado significativas mudanças da velha estrutura agrária brasileira, na desterritorialização do latifúndio e na organização de novos espaços, onde muitas famílias sem-terra constroem o seu modo de vida e produzem as condições de sua existência.

Concordamos com Schwendler (2009) que, para compreender a participação da mulher na luta pela terra, é preciso analisar as relações sociais

10 De acordo com dados oficiais publicados pela prefeitura de Uberaba, atualmente o município é o maior centro mundial de melhoramento genético de raças zebuínas, maior polo de fertilizantes fosfatados da América Latina e líder na produção de grãos do estado de Minas Gerais.

que são construídas e reconstruídas nos espaços e territórios produzidos pelos movimentos sociais. Assim, entrevistamos três mulheres, entre participantes e dirigentes do movimento¹¹. O grupo foi composto por mulheres acima de 40 anos, que estabeleceram vínculo de luta com o MST no período de 2015 a 2018. São mulheres brancas e negras, com filhos, e que exercem atividades remuneradas para além das fronteiras familiares. Há o relato de uma mulher que trabalhava fora e voltava ao acampamento todas as tardes, como também os relatos de mulheres que participaram do acampamento em tempo integral.

Como dito, buscamos realçar, a partir das entrevistas, os papéis sociais desenvolvidos por essas mulheres, bem como os espaços que foram apropriados/construídos por elas no momento do acampamento. Usamos como norteador nossa indagação principal: De que forma o machismo institucional presente nas relações patriarcais é manifestado na luta pela terra?

Como reafirma Schwendler (2009), uma das especificidades na luta pela terra construída pelo MST é que dela participa a família.

Entrevistada 1: Comecei a envolver com o MST numa faixa de 54 anos. Comecei a ir porque minha irmã 'tava' lá, participando, me convidou. Aí eu fui.

Entrevistada 1: Quando fui já era casada. Tenho um casal de filhos, que me acompanharam também.

Embora o acampamento seja um espaço bastante heterogêneo, parte das diferenças são diluídas diante da articulação, em torno de um objetivo comum: a conquista do território. Ainda, percebemos que entre as mulheres entrevistadas foi comum, durante o período do acampamento, a interseção entre o trabalho produtivo e a militância:

Entrevistada 2: Quando eu vim para o acampamento estava afastada do emprego por motivos de saúde, trabalhava numa chocolataria. E houve uma época que conciliei o trabalho com a militância.

Sobre essa perspectiva, Garcia e Thomaz Junior (2017) reafirmam que a percepção do trabalho produtivo (que gera renda familiar) exercido pelas mulheres como complementar e subalterno é uma das muitas barreiras vivenciadas em seu cotidiano. Paulilo (2004, p. 235) denuncia esse modelo que invisibiliza e se apropria do trabalho doméstico desenvolvido pelas mulheres

Faz sentido também atentarmos para a discriminação que é não considerar as lidas femininas, na casa ou na roça, como 'trabalho'. A desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais – daí a expressão 'trabalho invisível' – é um reflexo que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família.

Com relação ao trabalho reprodutivo (que não gera renda familiar), percebemos, a partir das falas das entrevistadas, que ele é desenvolvido por

11 Reiteramos que, apesar de militantes do MST durante o momento da ocupação, algumas das entrevistadas se distanciaram do Movimento após a reintegração de posse do Acampamento 19 de Março.

mulheres e, quando há participação masculina, ainda é visto como um tipo de ajuda. Como afirmam Garcia e Thomaz Júnior (2017, p. 119), “na sociedade ocidental o trabalho doméstico é considerado responsabilidade da mulher”

Entrevistada 1: Quando eu trabalhava, meu marido me ajudava nas tarefas, mas era muito difícil conciliar o trabalho com o acampamento, porque era muito longe, ficava muito caro.

Com relação às atividades exercidas no acampamento, percebemos que, assim como já citado, possuiu um caráter menos sexista, embora ainda tenha sido observada a divisão sexual do trabalho a partir de atividades consideradas leves e pesadas. Como podemos constatar, a capina era um espaço majoritariamente masculino, embora apresentasse a presença de mão de obra feminina. O setor de produção do acampamento também se configurou como um espaço masculino, coordenado pelos homens - embora permeado por mulheres.

Entrevistada 1: Era muito difícil ter separação de trabalho de homem e de mulher, mas os homens geralmente ficavam mais sozinhos, mas era muito difícil não ter uma ou duas mulheres junto. Mais era na capina, mas tinha mulher também.

Entrevistada 2: As mulheres tinham voz ativa sim, muitas das vezes era maioria na linha de frente. O Setor de Produção no nosso acampamento era ‘coordenado’ mais por homens, embora na prática haviam mais mulheres trabalhando.

Com relação à participação feminina nas instâncias de poder do acampamento, percebemos dois posicionamentos diferentes. Nas reuniões regulares, as mulheres levavam suas demandas e tinham alguma voz na tomada das decisões:

Entrevistada 3: Nas reuniões a gente falava que se tivesse uma briga no acampamento, ou se tivesse acontecido alguma coisa na granja, discutia se precisava fazer uma vaquinha pra ajudar alguém que precisava de alguma coisa, então era assim. (...) As mulheres também levavam as demandas, da turma delas né, os homens levavam da turma deles e as mulheres da turma delas.

Já em relação às reuniões do coletivo de Mulheres, foi possível observar uma certa resistência em sua realização:

Entrevistada 2: Sempre que haviam reuniões do Coletivo de Mulheres, éramos importunadas pelos homens. No início é sempre difícil fazer os companheiros entender que nos reunimos para discutir, planejar uma ou outra luta e fortalecer a nossa participação nas atividades. Vivemos num constante processo de construção e desconstrução no Movimento e sabemos que não é da noite para o

dia que vamos desconstruir o machismo e outros vícios que todos nós carregamos um pouco.

Apesar de todo o processo de luta, o acampamento 19 de Março foi desapropriado pela Polícia Militar, em uma ação de reintegração de posse, como já mencionado. A esse respeito, Masson (2016) denuncia o caráter do Estado como instrumento de dominação de classes, uma vez que ao representar os interesses das classes dominantes, no nosso caso, do latifundiário, ele deixa de representar o interesse universal, reproduzindo, então, os interesses e ideais dessa classe.

A esse feito, somam-se as memórias das entrevistadas, que revelam a ação truculenta do Estado frente aos indivíduos envolvidos na luta pela terra

Entrevistada 3: Foi muito triste, mas a gente ficou até a última hora, foi horrível, foi muito humilhante, tá entendendo? As pessoas foram saindo aos pouquinhos, a polícia chegou de madrugada, bem de madrugada, começou a passar o trator em tudo, eu tinha muita mandioca, tinha um porco pro fim do ano. Sabe, a gente se sentiu lá no chão.

A política agrária adotada pelo MST de ocupações é necessária ao processo de democratização da terra, mas o que garante a permanência e desenvolvimento na mesma são políticas públicas que não se inclinam ao capital. Reafirmamos que, no Brasil, urge a necessidade de uma reforma agrária popular, que proporcione a população camponesa não só o controle sobre seu território, mas que também garanta sua reprodução social.

Tendo em vista a condição das mulheres que integraram o processo de luta pela terra, como militantes de movimentos sociais rurais, acampadas e assentadas, entendemos que elas enfrentam formas de opressões diferenciadas das sentidas por seus companheiros. A opressão de gênero impossibilita a plena participação desse grupo na vida pública e política dos acampamentos e assentamentos rurais.

A partir das entrevistas, compreendemos que, embora esteja presente uma divisão sexual do trabalho, as mulheres não desvelaram as estruturas patriarcais, não percebendo as relações assimétricas de poder

Entrevistada 1: Lá no 19 de Março eram direitos iguais, cada um tinha sua opinião. Era todo mundo unido, tudo junto. Cada um levava sua proposta e, se era boa, a gente seguia.

Para Santo (2016), a realidade das relações complexas das mulheres militantes do MST precisa ser afluída a partir de uma perspectiva que aborde sua autonomia, dando uma maior visibilidade aos contornos de gênero no cotidiano. As relações assimétricas de poder fundamentadas pelo patriarcado são muitas das vezes naturalizadas, se tornando invisíveis às mulheres que as estabelecem. Para a autora

No entanto, para pensar a realidade relatada pelas mulheres,

Rayenne Lasmar Teixeira, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

concepções unidimensionais de gênero mostraram-se incapazes de elucidar a realidade de relações complexas na qual as mulheres e, mais especificamente, as mulheres Sem Terra, estão inseridas. Portanto, pensar a realidade dessas mulheres a partir das relações de reconhecimento recíproco nas quais estão inseridas, e os entraves e os estímulos que vivenciam no interior do MST no sentido de realizarem a sua autonomia, mostrou-se como um caminho sociologicamente mais fértil (SANTO, 2016, p. 79).

Refletimos que o espaço que a mulher constrói em busca de uma reforma agrária popular é o de luta e resistência frente ao padrão patriarcal estabelecido no interior da luta pela terra. Tais resistências se manifestam quando encontram dificuldades para participar das reuniões, dos espaços políticos, em conciliar as demandas de luta com aquelas das esferas produtiva e doméstica e até mesmo da divisão de tarefas nos cuidados com os filhos e a casa. Entendemos que as mulheres já avançaram muito na obtenção e reconhecimento de seus direitos, mas reiteramos que esse ainda é um processo em construção.

Considerações Finais

O MST é um movimento socioterritorial que tem como pauta principal a luta pela terra. A recente inserção do debate sobre gênero e feminismo é um sinal de significativas mudanças, ainda que bastante tímido, do padrão patriarcal observado nas estruturas camponesas.

Ao compreender o espaço como construção social, o presente trabalho investigou da produção espacial do Acampamento 19 de Março a partir da análise de gênero. As mulheres que integraram o processo de luta pela terra enfrentaram formas de opressões diferenciadas das sentidas por seus companheiros. Ainda que presente uma divisão sexual do trabalho, as mulheres não desvelaram as estruturais patriarcais, ou seja, não foi percebida as relações assimétricas de poder no espaço do acampamento. Assim, apesar de alguns avanços, o espaço construído pelas camponesas continua sendo de muita luta e resistência, contra o patriarcado e as estruturas opressoras.

Cabe salientar que apesar das inúmeras conquistas das mulheres referentes à posse e à autonomia em seus lotes (conquista do direito a posse da terra, reconhecimento enquanto produtoras rurais em suas carteiras de trabalho, direitos trabalhistas - como auxílio maternidade e aposentadoria), essa ainda é uma luta em construção, com inúmeros desafios a serem alcançados.

O feminismo é um movimento político, e não há como desvencilhá-lo dos debates referentes à classe e raça. Debater e estudar o feminismo é um caminho importante e que precisa ser percorrido para que a questão agrária seja desvelada, sobretudo suas conflitualidades e contradições.

Referências

AMARAL, Maísa Maria Baptista Prates do. **Questão de gênero e MST: os coletivos de auto-organização das mulheres no Espírito Santo**. 2018. Tese

(Mestrado em Política Social), Programa de Pós-graduação em Política Social, UFES, Vitória - ES. 2018. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_12520_Maisa%20Prates%20do%20Amaral.pdf>. Acesso em: jul.2021.

ANDRÉ, Isabel Margarida. O Gênero em Geografia: introdução de novos temas. **Finisterra**, n. 25-50, p. 331-348, 1990. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1924>>. Acesso em: jul.2021.

BOZA, Heider José; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Mercado Popular de Alimentos: território da agricultura camponesa e da luta pela soberania alimentar no município de São Gabriel da Palha (ES); **Boletim Goiano de Geografia**, n. 40-01, p.1-26, jul. 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/62633>>. Acesso em: jul. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Editora Nova Fronteira, 2008.

CALDART, Roseli Salette. O MST e a Formação dos Sem-Terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, n. 15-43, p. 207-224, set./dez. 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/250983874_O_MST_e_a_formacao_dos_sem_terra_o_movimento_social_como_principio_educativo>. Acesso em: jul. 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**: movimentos sociais na era da internet. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

CHAYANOV, Alexander Vladimir. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DELBONI, Carla. **MULHERES DA TERRA: História e memória das assentadas de Sumaré II no limiar do séc. XXI**. 2008. Tese (Mestrado em História Social).Programa de Pós-Graduação em História Social, USP. São Paulo - SP. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04072008-141411/publico/DISSERTACAO_CLAUDIA_DELBONI.pdf>. Acesso em: jul. 2021.

DESLANDES, Suely Ferreira; COUTINHO, Tiago. Pesquisa Social em Ambientes Digitais em Tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. **Cad. Saúde Pública**, n. 36-11, p.1-11, Nov. 2020. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/44604>>. Acesso em: jul. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica para os movimentos sociais”. **Revista NERA**, n 8-6, p.14-34, jan./jun. 2005. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>>. Acesso em: jul. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos Territórios do Território. *In.*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular: 2008, p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde S.; PAULILO, Maria Ignez (orgs). **Lutas Camponesas Contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GADELHA, Renata Rocha. História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais. **Revista NERA**, n. 24 - 57, p. 158-184, Dossiê I ELAMSS, 2021. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8500>>. Acesso em: jul. 2021.

GARCIA, Maria Franco. THOMAZ JUNIOR, Antônio. A Interlocução entre Gênero, Trabalho e Território na Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 80, p. 109-134, mai. 2017. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/747>>. Acesso em: jul. 2021.

GOHN, Maria da G. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o Conceito de Gênero: a participação política das mulheres no MST. Dossiê: contribuições do pensamento feminista para as ciências sociais, **Mediações**, n.14-2, p.198-216, jul./dez. 2009.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. São Paulo: Editora Fulgor LTDA, 1964.

HERRERA, Karolyna Marin. Repensando o Valor Social do Trabalho das Mulheres Rurais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 2017. Florianópolis, **Anais eletrônicos**, p.1-13, Florianópolis, 2017, Disponível em: <http://www.en.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499449704_ARQUIVO_Herrera_Karolyna.pdf>. Acesso em: jul. 2021.

LAVINAS, Lena. Gênero, Cidadania e Adolescência. *In.*: MADEIRA, Felícia (org.). **Quem Mandou Nascer Mulher**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução, **Educação e Realidade**, n. 20-2, p. 101-132, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722>>. Acesso em: jul. 2021.

MASSON, Gabriela Abrahão. A Reforma Agrária como uma Política Pública de Desenvolvimento ou Política Social? Uma análise a partir dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara de Uberaba/MG. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UNESP, Franca – SP. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/149813>>. Acesso em: jul. 2021.

MINAYO, Maria Cecília (organizadora), DESLANDES, Suely Ferreira, NETO, Otávio C., GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MOTTA, Márcia M. M. **O Rural a la guache: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996)**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

OLIVEIRA, Paulo S. **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Editora UNESP, Hucitec, 1998.

ORNAT, Marcio José. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terra Plural**, n. 2-2, p. 309-322, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/1182>>. Acesso em: jul. 2021.

PAIVA, Daniela Andressa Minuceli de; OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de. **Olhares Femininos sobre a Memória da Luta pela Terra nos Extremos Oeste do Paraná**. 2020. Artigo de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História e América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História e América Latina, UNILA, Foz do Iguaçu – PR, 2020. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5583?locale-attribute=en>>. Acesso em: jul. 2021.

PAULILO, Maria Ignês Silveira. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, n: 12-1 p.229-252, jan./abr. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/fngwsjnkZHvKMD7Ly3T6gks/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: jul. 2021.

PEDON, Nelson R. **Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista na produção do espaço. **Espaço e Cultura**, n. 38, p. 11- 34, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29067/0>>. Acesso em: jul. 2021.

SANTO, Thais Marques de. **As Publicações no Setor de Gênero do MST e as Vivências de Mulheres Sem Terra: reflexões sobre desrespeito, reconhecimento e autonomia**. 2016. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS, Porto Alegre – RS, 2016. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6691>>. Acesso em: jul. 2021.

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos. **Sem Mulher a Luta vai pela Metade: mulheres, feminismo e política no MST**. 2019. Tese (Doutorado em Extensão Rural) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM, Santa Maria - RS. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19373>>. Acesso em: jul. 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, (Coleção Milton Santos), 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero - uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. n. 18 - 2. p. 5-22. jul./dez 1990. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: jul. 2021.

SILVA, Joseli Maria. Um Ensaio sobre as Potencialidades do Uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica. **Revista de História Regional**. N. 8 – 1. p. 31-45, 2003. Disponível em: <https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional7.pdf>. Acesso em: jul. 2021.

SOTO VILLAGRÁN, Paula. Hacia la Construcción de unas Geografías de Género de la Ciudad. Formas plurales de habitar y significar los espacios urbanos en Latinoamérica. **Perspectiva Geográfica**, n. 23 - 2. p.13-31. Jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://revistas.uptc.edu.co/index.php/perspectiva/article/view/7382>>. Acesso em: jul. 2021.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. 1ª reimpressão. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2004.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e Capitalismo: Uma relação simbiótica. **Temporalis**, n. 15 – 30. p. 475-495. jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10969>>. Acesso em: jul. 2021.

VALENCIANO, Renata Cristiane. THOMAZ JUNIOR, Antônio. O Papel da Mulher na Luta pela Terra: uma questão de gênero e/ou classe? ”. **Pegada – A revista da Geografia do Trabalho**, n. 3. p. 1-14, ago. 2002. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/792>>. Acesso em: jul.

2021

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Geografia e Gênero/ Geografia Feminista – O que é isso? **Boletim gaúcho de geografia**, n. 23 - 1. p. 105-112, março, 1998. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>>. Acesso em: jul. 2021.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; MASSON, Gabriela Abrahão. Questão Agrária em Uberaba (MG): estrutura fundiária, latifúndio e agronegócio. *In*: GOMES, Marcos Antônio Silvestre; DANTAS, Sandra Mara (Orgs.) **Olhares e Dinâmicas Sociais no Triângulo Mineiro**. 1 ed. Jundiá, 2018, p. 275-298.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Rayenne Lasmar Teixeira: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita (primeira redação).

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha: Conceituação, Análise Formal, Escrita (revisão e edição).

Recebido em 15 de julho de 2021.

Aceito em 14 de maio de 2022.

Rayenne Lasmar Teixeira, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

